

Garzón quer congelar as contas do general

MADRI - O juiz espanhol Baltazar Garzón pediu ontem o congelamento das contas do ex-ditador chileno Augusto Pinochet no exterior, ao completar a acusação formal contra general na Espanha por genocídio, terrorismo e tortura. Garzón responsabilizou o ex-ditador por assassinato e desaparecimento de mais de 3 mil pessoas de várias nacionalidades. Pela primeira vez, o juiz abriu uma brecha no pedido de extradição de Pinochet, apresentado pela Espanha à Grã-Bretanha, onde o ex-ditador está detido desde 16 de outubro: no documento de 285 páginas, Garzón pede que Pinochet seja julgado por um tribunal espanhol ou britânico.

O congelamento das contas de Pinochet no exterior é justificado por Garzón como forma de impedir que o ex-ditador dê outros fins a um dinheiro que seria necessário para o pagamento de multas ou indenizações que podem surgir do processo contra ele. Dessa forma, o general não poderia tentar reduzir o valor dos pagamentos alegando não dispor de fundos. Garzón pediu também que outros bens que o ex-ditador possui fiquem congelados, pelo mesmo motivo.

Operação Condor - O juiz espanhol acusou Pinochet formalmente de liderar a Operação Condor, uma rede internacional de repressão com a qual colaboraram também o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Segundo Garzón, Pinochet criou "um regime de terror", seqüestrando, torturando, prendendo ilegalmente, matando e provocando o desaparecimento de cidadãos do Chile, da Espanha, dos Estados Unidos e de outros países. O juiz cita sete brasileiros como vítimas do regime militar chileno.

Garzón argumenta que "diante da impossibilidade de se julgar Pinochet no Chile, deve-se processá-lo no país em que atualmente se encontra ou na Espanha". "Em nenhum caso", diz o juiz, "pode-se negar a extradição, se não se assumir a obrigação de processá-lo na Grã-Bretanha ou se não se adotarem as medidas correspondentes, incluindo modificações constitucionais, para julgá-lo no Chile." As mudanças na atual Constituição chilena, outorgada por Pinochet, são, de modo geral, barradas no Senado, onde o ex-ditador montou um esquema para garantir a maioria aos que o apóiam.

O documento procura relacionar as provas para processar Pinochet e defende mais uma vez a acusação de genocídio apresentada contra o ex-ditador, afirmando que ele procurou eliminar aqueles que não se adequavam a seus planos para o Chile. Garzón diz que, ao processar Pinochet, "o interesse da Espanha, como membro da comunidade internacional, não reside no fato de haver ou não vítimas espanholas, mas no fato de que o terrorismo é um crime contra a humanidade".